

GERAL

OPINIAO

# Opinião: Dar voz aos ausentes na transição ecológica: a Natureza e as gerações do futuro

📅 06 de abril às 13h54    💬 1 comentário(s)



Vivemos numa era de múltiplas crises climáticas sem precedentes e uma pressão crescente sobre o equilíbrio dos nossos sistemas socioecológicos. Face a esta realidade, a eficiência dos métodos tradicionais de participação e cidadania ativa são questionados, evidenciando a necessidade de abordagens inovadoras para enfrentar a complexidade dos desafios atuais. A essência desta mudança reside na expansão do círculo de deliberação para além das fronteiras convencionais, abraçando as perspetivas de grupos sociais vulneráveis e marginalizados, bem como a incorporação de representantes da própria natureza e das gerações futuras.

O cerne da nossa visão assenta no reconhecimento de que a interação entre as ações humanas e o mundo natural transcende as fronteiras temporais e geográficas, mas também promete enriquecer as nossas estratégias de combate às alterações climáticas com um leque diversificado de conhecimentos, experiências e competências.

A nível nacional e internacional, as discussões sobre alterações climáticas estão cada vez mais a exigir uma (re)imaginação fundamental da relação da humanidade com o mundo mais-do-que-humano.

Contudo, embora a necessidade de tal mudança de paradigma seja evidente, as praticidades de como alcançá-la permanecem um desafio imenso. Central para este desafio é a tarefa de não apenas integrar populações marginalizadas no processo deliberativo, mas de reconceptualizar fundamentalmente a nossa relação com a natureza e reconhecer os interesses das gerações futuras. Ao contrário das populações marginalizadas, as gerações futuras e representantes da natureza enfrentam um obstáculo ontológico – muitas vezes são negligenciadas nos processos deliberativos, levando a uma falha em reconhecer a sua agência e considerar os seus interesses.

A inclusão de Representantes da Natureza e Gerações Futuras como partes interessadas constitui uma mudança paradigmática capaz de impulsionar a regeneração socioecológica e sustentar um futuro equitativo. Este novo modelo exige uma reflexão profunda sobre crenças, valores e perspetivas locais, marcando uma transformação sociocultural necessária. A flexibilidade e a adaptação tornam-se cruciais para assegurar que estas vozes sejam consideradas de forma significativa, exigindo uma legislação e princípios éticos que reflitam a diversidade de crenças e contextos locais. Este é um passo essencial para criar um quadro de governança verdadeiramente inclusivo, capaz de acomodar a riqueza que constitui a diversidade cultural.

A ação climática, neste contexto de transição ecológica, exige uma expansão dos horizontes participativos nas decisões. Mais do que simplesmente adicionar novas vozes ao diálogo, é necessário reestruturar o debate para que a totalidade da teia da vida seja reconhecida e considerada tanto moral quanto eticamente. Inspirando-nos no reconhecimento legal da natureza e das gerações futuras como stakeholders legítimos, procuramos contribuir para uma abordagem que permite tal reformulação, integrando efetivamente as vozes da natureza e do futuro nas deliberações climáticas e transição ecológica.

Em última análise, o sucesso na luta contra as alterações climáticas e na promoção de uma transição ecológica justa e sustentável dependerá da nossa capacidade de ouvir e agir em harmonia com todas as vozes afetadas – humanas, mais-do-que-humanas e aquelas das gerações vindouras. Este é o caminho para uma coexistência mais harmoniosa e um futuro no qual todos possamos prosperar. Com a colaboração de Diogo Guedes Vidal, Sociólogo e Investigador



Autoria de:

 **1 Comentário**